

---

**Ensino primário e aprendizagem profissional para crianças órfãs e desvalidas na Comarca de Macapá na Colônia Militar Pedro II (1840-1855)**

*Primary education and professional learning for orphaned and underprivileged children in the Comarca of Macapá in the Pedro II Military Colony (1840-1855)*

Vitor Sousa Cunha Nery  
**Universidade do Estado do Amapá (UEAP)**  
Macapá-Amapá  
Uédio Robds Leite da Silva  
Cristiane do Socorro dos Santos Nery  
**Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)**  
Oiapoque-Amapá

**Resumo**

Este estudo tem como objetivo analisar o ensino primário e aprendizagem profissional para crianças órfãs e desvalidas na Comarca de Macapá na Colônia Militar Pedro II. As primeiras escolas de ensino primário no Brasil, no século XIX, funcionaram no âmbito de instituições militares como arsenais do exército, da marinha e colônias militares como a da Comarca de Macapá. A Colônia Militar Pedro II também cumpriu o papel de receber os meninos órfãos e desvalidos, os enjeitados e as crianças pobres. Nessa colônia, era oferecida a Instrução Primária e a aprendizagem profissional com o objetivo de formar futuros operários e militares para a província do Pará. As condições para a escolarização de crianças na Colônia Pedro II não acompanharam os discursos dos seus idealizadores, a fome fazia parte da realidade dessa instituição, levando à indisposição dos colonos e à propagação de doenças, fortalecendo as evidências de fracasso desse projeto educacional.

Palavras-chave: Aprendizagem Profissional, Colônia Pedro II, Século XIX.

**Abstract**

This study aims to analyze the primary education and professional learning for orphaned and underprivileged children in the County of Macapá in the Military Colony Pedro II. The first primary schools in Brazil, in the 19th century, functioned within military institutions such as army and navy arsenals and military colonies such as the one in the County of Macapá. The Military Colony Pedro II also played the role of receiving orphans and abandoned children, the rejected and poor children. In this colony, primary education and professional education were offered, with the objective of forming future workers and military people for the province of Pará. The conditions for the schooling of children in the Pedro II Colony did not follow the discourses of its creators, hunger was part of the reality of this institution, leading to the settlers' indisposition and the spread of diseases, strengthening the evidence of failure of this educational project.

Keywords: Professional Learning, Pedro II Colony, 19th Century.

## Introdução

A Colônia Militar Pedro II situava-se na Comarca de Macapá, na margem esquerda do rio Araguari, entre os rios Tracajatuba e Aporema, região contestada entre o Brasil e a Guiana Francesa. Ela foi inaugurada em 06 de maio de 1840, com 74 indivíduos entre praças, mulheres e crianças (TREZE DE MAIO, 1840, p. 39). Segundo o presidente da província do Pará, Antonio de Miranda, a Colônia Militar Pedro II foi criada para promover a colonização e a agricultura, num esforço para povoar o extremo norte da província (PARÁ, 1840).

A localização das colônias militares no Brasil indica os seus reais propósitos, ou seja, favorecer o policiamento e controle social, principalmente prevenindo e combatendo a formação de quilombos, o que fica muito evidente no caso da colônia militar enfocada neste estudo (NUNES, 2012), na qual autoridades da província do Pará, em agosto de 1837, ordenaram a destruição de um mocambo não muito distante de Macapá.

Essa ação militar fracofona na Amazônia gerou uma relação de dominação, onde, “os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (MIGNOLO, 2005, p. 02). O governo paraense informou ao Ministério da Justiça, em setembro de 1848, que, nas imediações da Comarca de Macapá, haviam se formado perigosas reuniões de malfeitores e escravos fugidos, que colocavam em susto os habitantes desta região (PARÁ, 1848). Em razão disso, fundamenta-se o caráter eurocentrado do padrão de poder, permitindo a consolidação das colonialidades do poder, saber e também pedagógica.

Além disso, a proposta de criação de Colônias Militares na Amazônia, além de proteger, é justificada no combate contra “bárbaros”, com o objetivo de civilizá-los e torná-los humanos (MIGNOLO, 2005, p. 02). Com o objetivo de povoar a região e a Colônia Militar Pedro II, o governo provincial se comprometia a fornecer “brindes, ferramentas e vestuário, como meios necessários e próprios para angariar a amizade e união dos índios” (APEP, 1840). Eram prometidas, também, gratificações para os colonos, tais como angariar um índio e o fazer habitar a colônia (valor igual a três meses de soldo) ou casar com uma índia e com ela habitasse a colônia (cinquenta mil réis e terras para cultivo) (APEP, 1840). Ou seja, a Colônia Militar tinha também uma missão civilizadora, pois, segundo Dussel (2008), a práxis da

dominação colonial se fundamenta na noção de que a cultura dominante outorga a outros benefícios da civilização.

No contexto do século XIX, uma das ações dessa missão civilizadora de dominação dava-se por meio da monopolização dos saberes elementares pelo Estado, no qual criou-se uma hierarquia entre escolarizado/não-escolarizado, produzindo novas relações de poder e colonialidades entre os grupos sociais, indicando outra configuração social, como na monopolização da força física. A monopolização dos saberes pelo Estado diluiu as relações de saber na sociedade, particularmente entre as populações pobres, fazendo desencadear todo um movimento de contenção dos seus saberes e, com isso, tornando possível a delegação da educação dos seus filhos ao Estado (VEIGA, 2002).

As primeiras escolas de ensino primário no Brasil, no século XIX, funcionaram no âmbito de instituições militares como arsenais do exército, da marinha e colônias militares como a da Comarca de Macapá. A Colônia Militar Pedro II também cumpriu o papel de receber os meninos órfãos e desvalidos, os enjeitados e as crianças pobres. Nessa colônia, era oferecida a Instrução Primária e a aprendizagem profissional com o objetivo de formar futuros operários e militares para a província do Pará.

A justificativa para a criação destas escolas era a de ocupar o máximo de indivíduos pobres no objetivo de resguardar a sociedade contra o risco de violências e de revoltas, retirando os mais jovens das ruas, ensinando-os um ofício, e transformando “vadios potencialmente perigosos” em trabalhadores obedientes (MÜLLER, 2009). As ações do Estado no propósito de inclusão dos pobres e trabalhadores à escola pressupõem homogeneização das relações sociais, que, por sua vez, somente se estabeleceram como homogêneas por meio de práticas regulamentadoras e controladoras das diferenças. Isso implicou na homogeneização das relações de gênero, constituída na afirmação da inferioridade feminina; de etnia, pela inferiorização dos negros e mestiços; e de classe social, pela estigmatização dos pobres (VEIGA, 2017).

Segundo Nascimento (1999), os chefes de polícia recebiam um valor em dinheiro estipulado pela Côrte Imperial por cada menor entregue às instituições militares, mas este valor não era restringido somente aos menores. O recrutamento militar forçado tinha início com o término do período do alistamento voluntário, que era de trinta dias após a publicação

e afixação do edital em local público. Passados os trinta dias da fixação do edital, tinha início o recrutamento forçado, "o pega", como ficou registrado na memória coletiva da população.

A colônia militar Pedro Segundo, mesmo sendo constituída principalmente por militares, era também habitada por alguns civis. Faziam partes de seus habitantes oficiais e soldados do exército, praças da polícia, artesãos e operários, mulheres e crianças, os quais deveriam responder ao diretor da colônia como autoridade local e prestar serviços para o desenvolvimento da própria colônia. Essas pessoas realizavam todos os tipos de atividades como a formação de roças, a construção de canoas e casas, acriação de gado, a pesca, a colheita, entre outros serviços.

Existiam também alguns colonos que exerciam funções mais específicas, como os mestres carpinteiro e pedreiro, descritos em diversos documentos em situações inoperantes devido a doenças ou à falta de matéria-prima para realizar suas atividades. Quem descreve normalmente tais situações é outro colono específico: o cônego, que diferente dos demais, que estavam relacionados com uma área produtiva economicamente ou de manutenção da colônia, estava ligado à vida espiritual, realizando missas, batismos, funerais, casamentos e também cuidava do ensino primário dos meninos órfãos e desvalidos.

### **Criação da primeira colônia militar do Brasil**

Na década de 1850, havia 22 colônias militares em todo o Império, sendo que a primeira a ser criada foi a Colônia Pedro II, na região contestada franco-brasileira, em 1840. As demais foram fundadas entre 1850 e 1859. De acordo com Elias (2001, p.16), o poder estatal se baseava num duplo monopólio: o monopólio fiscal (que centraliza o imposto e possibilita a retribuição em dinheiro e não mais em terras) e o monopólio militar (que garante a pacificação do espaço social). No caso do Brasil Imperial não há expressivo "poderio militar" nas primeiras décadas do império, sendo mesmo demasiado frágil nas regiões fronteiriças, como é o caso da colônia militar Pedro II (BARROSO, 2019).

#### **Quadro 1- Colônias e Presídios Militares criados no Brasil na segunda metade do Séc. XIX**

<b>Províncias</b>	<b>Denominação</b>	<b>Data de Criação</b>
PA	Colônia Militar Pedro II	1840
	Colônia Militar de São João do Araguaia	1850
	Colônia Militar de Óbidos	1854
MA	Colônia Militar de São Pedro de Alcântara de Gurupi	1853

PE	Colônia Militar de Pimenteiras	1850
AL	Colônia Militar de Leopoldina	1850
MG	Colônia Militar do Urucu	1854
GO	Presídio de Santa Bárbara	1854
	Presídio de Santo Antônio	1854
	Presídio de Santa Cruz	1855
	Presídio de Santa Leopoldina	1856
	Presídio de Monte Alegre	1857
MT	Colônia Militar de Dourados	1856
	Colônia Militar de Nioac	1855
	Colônia Militar de Lamare	1859
	Colônia Militar de Miranda	1859
	Colônia Militar de Brilhante	1855
SP	Colônia Militar de Avanhandava	1858
	Colônia Militar de Itapura	1858
PR	Colônia Militar de Jataí	1851
SC	Colônia Militar de Santa Teresa	1853
RS	Colônia Militar de Caseros	1853

Fonte: Brasil (1862).

No caso da província do Pará, o jornal *Treze de Maio* publicou no dia 16 de maio de 1840 nota do presidente João Antônio de Miranda sobre a intenção de fundar a colônia militar D. Pedro II, às margens do rio Araguari na Comarca de Macapá, descrevendo que:

Das inclusas instruções dadas ao comandante do destacamento, que acaba de partir para o rio Araguari, a fim de estabelecer-se com ele uma colônia militar com o título de Pedro 2º verá V. Ex. não só que em nada se alteraram as ordens de meus antecessores, que por ventura lhes fossem transmitidas relativamente ao convite de famílias, que quisessem ir habitar aquele e outros rios, mas ainda conhecerá que o governo toma o mais vivo e decidido interesse em povoar as margens do rio Araguari e muitos outros pontos ao norte da linha que oferecem inúmeras proporções à vida e infinitos recursos à especulação e à indústria (TREZE DE MAIO, 1840, p. 6).

É importante destacar que essa preocupação com a colonização dessa região vem desde o período colonial, final do século XVI. Porém, foi na primeira metade do século XIX que a tensão na fronteira franco-brasileira se tornou mais evidente. Para Medeiros (2006), a Colônia Militar surge:

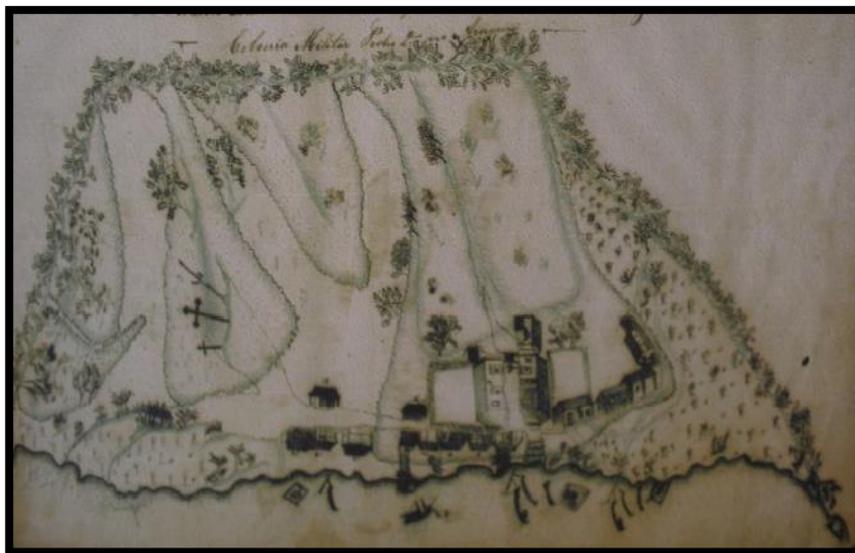
Nos receios do governo imperial causados pela constatação do estabelecimento do posto militar francês no rio Amapá. Ao final dos anos 1830, o governo demonstraria a preocupação em reforçar a ocupação ao longo de rios que desaguavam da Guiana brasileira, Cabo do Norte, em direção ao Amazonas (MEDEIROS, 2006, p. 113).

Ao longo do processo político de definição dos limites fronteiriços entre Brasil e Guiana Francesa no século XIX, a Colônia Militar Pedro II, no rio Araguari, foi a primeira experiência do projeto de colonização das fronteiras do Brasil, iniciado em 1840. É notória a tentativa do governo provincial de convencer os leitores do jornal *Treze de Maio* a participarem da "nova"

política de colonização da fronteira, usando o discurso de que as colônias lhes ofereceriam “inúmeras proporções à vida, e infinitos recursos à especulação e à indústria”.

Esse convite vinha essencialmente com o interesse do Estado de incentivar a colonização dessa terra "distante" e "erma" (GOMES, 1997). Contudo, esse não era o único interesse por parte do Estado nestas regiões de fronteira, pois havia também o que Bezerra Neto (2010, p. 163) descreve como a significativa “presença de escravos fugidos [...], índios, desertores, réus da justiça brasileira e toda sorte de aventureiros [...]”, além da ameaça constante de invasão francesa pela Guiana. Portanto, o governo necessitava tomar posse do território por meio de postos militares, no caso do vale do Araguari, a criação da Colônia Militar Pedro II, objetivando proteger a soberania nacional e civilizar os colonos. De acordo com a planta da Colônia Militar Pedro II, ela estava organizada da seguinte forma: era formada pela casa do diretor, quartel, jardim, dispensa, enfermaria, casa dos colonos, capela, casa do capelão, uma praça e um cemitério, que respectivamente ilustram a vida política, militar, religiosa e social que existia dentro das fronteiras internas da colônia.

**Figura 1- Planta da Colônia Militar Pedro II, na Comarca de Macapá**



Fonte: Silva (2013).

A colônia militar Pedro II deveria ser constituída por brancos e indígenas (a serem recrutados pelos colonos), povoando, produzindo e defendendo a fronteira norte do Brasil. Ou seja, não haveria a participação de escravos negros e de estrangeiros, o que se tornava

uma tarefa difícil, pois após a Cabanagem, a demografia da província do Pará, ficou consideravelmente reduzida (SILVA, 2013; DI PAOLO, 1985). Diante disso, o governo oferecia auxílios e gratificações aos colonos e “dissidentes” da Cabanagem refugiados na região, que estavam em situação de anistia, segundo o decreto que havia sido expedido pelo governo imperial, a juntarem-se à colônia (APEP, 1840).

A Comarca de Macapá, enquanto região de fronteira, abrangia também a região entre o rio Araguari e o rio Oiapoque. O território contestado pela França provocava uma suposta neutralidade para este domínio, deixando a região aberta à vista mercantil e aos aventureiros de várias nacionalidades. Essas possibilidades (a neutralidade e o comércio) permitiram que os nomeados fugitivos (escravos, índios, soldados, desertores e franceses), de outras localidades, ocupassem a região de Macapá. Segundo Gomes (1999, p.233), “a fronteira era para além de um refúgio geográfico, era um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto amazônico”.

#### **Colônia Militar Pedro II, às margens do rio Araguari na Comarca de Macapá**

A colônia militar Pedro II foi fundada em 05 de maio de 1840, com os primeiros colonos que, de acordo com o jornal Treze de Maio, saíram de Belém com destino ao rio Araguari. O grupo de colonos era composto pelo alferes comandante Joaquim Manuel Bahia de Menezes, sua esposa Joaquina Antônia do Espírito Santo, sua filha Luíza Margarida de Souza, 20 praças (soldados) do 8ª batalhão e 8 praças do 4ª batalhão de artilharia, com suas companheiras, alguns com filhos. Além do capitão de engenheiros José Freire d’Andrade Parreiras e o benemérito cidadão João Manoel Ferreira:

Estabeleci uma colônia à margem direita do rio Araguari, a qual tendo sido fundada com o título de Colônia Militar Pedro Segundo, mais conhecida como colônia Pedro Segundo. No dia 5 de maio de 1840, com setenta e quatro indivíduos entre militares, mulheres e crianças fundou-se a Colônia Pedro Segundo, ao som de uma selva viva (PARÁ, 1840, p. 66-67).

Com a fundação da Colônia Pedro II, esperava-se que o colono tivesse amor pela terra a ser colonizada, por isso, sua família iria junto, com a finalidade de evitar a deserção e os pedidos de transferência, devendo a pátria construir aí as estruturas firmes que garantiriam a soberania nacional. No entanto, a tarefa de arregimentar famílias para habitar a colônia não foi fácil. Em discurso de 15 de agosto de 1840, o presidente da província do Pará afirmou que:

Ensino Primário e Aprendizagem Profissional para crianças órfãs e desvalidas na Comarca de Macapá na Colônia Militar Pedro II (1840-1855)

A dificuldade de achar de pronto famílias que quisessem marchar para os lugares que fossem designados, dificuldade com que lutaram meus antecessores, levou-me a lançar mão de praças de primeira linha [...]. Tenho sido cauteloso em receber os que se oferecem, porque só quero trabalhadores e não ociosos que vão perturbar o sossego dela, introduzindo os maus costumes (PARÁ, 1840, p.67).

A escolha pelos praças de primeira linha para povoar a colônia militar Pedro II surgiu em decorrência da dificuldade de conseguir famílias dispostas a viver naquela região às margens do rio Araguari. Mesmo com os 29 militares e suas famílias que saíram de Belém e algumas famílias da vila de Macapá, o governo brasileiro criou medidas de povoamento da fronteira com incentivos e propagandas de colonização ao longo do rio Araguari (SILVA, 2013, p. 60).

Ao analisar os documentos percebemos que sujeitos que foram escolhidos para serem colonos da Colônia Pedro II, observa-se que todos foram selecionados com base no critério de possuir determinadas relações de interesse e de poder sobre a região de fronteira da Guiana Brasileira no século XIX. Considerando tais elementos, observa-se que as colônias militares do século XIX tinham três classes de colonos “1ª) os oficiais inferiores e mais praças de ‘prét’ (oficiais sem nenhuma patente); 2ª) os operários necessários para os trabalhos da colônia militar; 3ª) os que por consentimento do diretor morarem no Distrito da Colônia” (FARIA, 2009).

Os praças de "pret" e a baixa oficialidade do Exército eram o alvo das autoridades governamentais para serem os soldados colonos. O interesse era mantê-los no serviço militar, investidos no papel de desbravadores e garantidores da ordem em lugares ermos e perigosos. Em compensação, poderiam se tornar pequenos proprietários de terras, quando terminassem seu tempo à disposição do país.

A preferência recaía sobre os soldados casados, que estivessem cumprindo ou já houvessem concluído o tempo de serviço militar e requeressem ir para a colônia. Era-lhes exigido bom comportamento e, pelo menos, dois anos no serviço militar. Nenhum soldado poderia servir na Colônia por um período inferior a um ano, mesmo quando estivessem completando o tempo de caserna exigido.

Contudo, a execução dos planos de atrair colonos para esta região de fronteira não transcorreu como as autoridades esperavam, pois eles afirmavam que dificilmente alguém

sairia de seus lugares de origem para uma região onde não “houvesse recurso algum” (NERY, 2021). Mas, mesmo assim, algumas pessoas dirigiram-se para a colônia em razão de promessas feitas pelos oficiais, como o pagamento de soldos altos. Desta forma, a composição social dos “primeiros moradores da colônia era formada por 28 homens, 28 mulheres e 18 crianças” (TREZE DE MAIO, 1840, p. 39).

Outro ponto a se observar é a preocupação com a nacionalidade dos que deveriam ser colonos da Colônia Militar Pedro II. Todos deveriam ser brasileiros, pois a colônia militar estava localizada em uma região de fronteira, e se supunha que os estrangeiros não apresentariam os valores e interesses nacionais, conseqüentemente oferecendo risco à soberania nacional, já que a construção de um posto militar na fronteira simbolizava a soberania brasileira em sua fronteira (NUNES, 2012, p. 10).

Dentre os colonos, havia especializações nas atividades a serem desenvolvidas, como, por exemplo, os mestres carpinteiros e pedreiros, descritos em diversas fontes sobre o Pará Imperial. Quem descreve normalmente tais situações é outro colono com função específica: o cônego, que diferente dos demais, que estavam relacionados com uma área economicamente produtiva ou de manutenção da colônia, estava ligado à vida espiritual, realizando missas, batismos, funerais e casamentos. Mas, além dessas atividades, o cônego também tinha a função de instruir os jovens no conhecimento das primeiras letras e de um ofício.

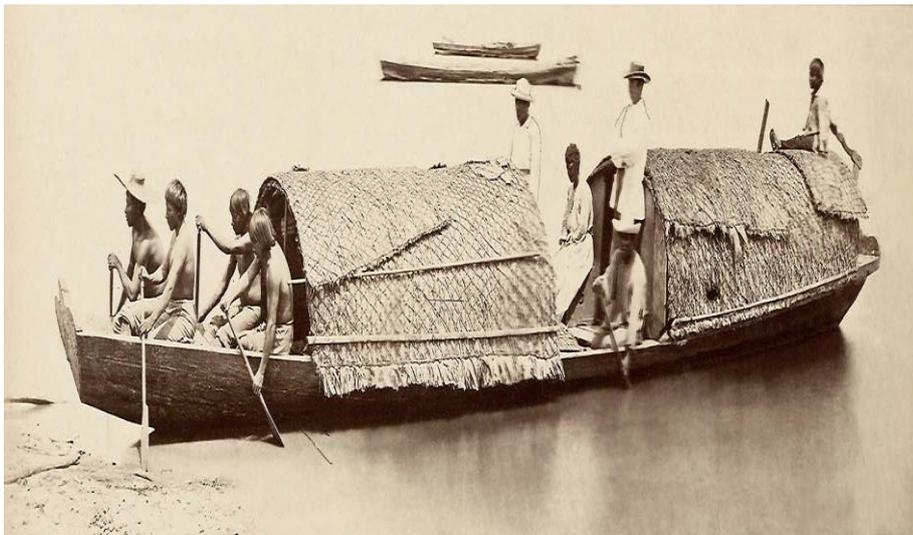
### **Quartel dos Educandos da Colônia Militar Pedro II**

A Colônia Militar Pedro II também cumpria o papel de receber os meninos órfãos, os enjeitados e as crianças pobres em geral, com o objetivo de formar futuros operários e militares. Conforme destacado antes, o ensino das primeiras letras ficava a cargo do capelão, assim como o ensino profissionalizante que era realizado nas oficinas (de carpintaria, marcenaria e olaria) montadas com o auxílio dos cofres públicos.

As oficinas de carpintaria e marcenaria tinham grande importância devido à localização da Colônia Militar Pedro II, às margens de um grande rio e no seio da floresta amazônica, onde se encontrava com facilidade madeira (matéria prima para as oficinas) e a navegação ser o meio de transporte básico na região. Sendo assim, o trânsito de pessoas, mercadorias e correspondências para Macapá e para Belém era realizado por canoas.

Em 1840, no dia 3 de junho, o jornal *Treze de Maio* publicou a texto sobre a pretensão do governo da província de construir uma estrada interligando Macapá a Colônia Pedro II, reduzindo em 06 dias o tempo de viagem, em comparação com o deslocamento pelos rios, saindo do rio Amazonas e depois adentrando no Araguari.

**Figura 2 - Canoa que navegava pelos rios da Amazônia no Século XIX**



Fonte: Albert Frisch<sup>1</sup> (1867). In: Instituto Moreira Sales (2017)

O diretor da Colônia Pedro II, o tenente comandante Joaquim Bezerra de Albuquerque, em relatório enviado para o presidente da província, Fausto Augusto D'Aguiar, relata a dificuldade que era o trânsito entre esta colônia e as cidades de Macapá e Belém. O diretor chegou na colônia militar em 10 de março de 1852 (tendo saído de Belém em 8 de fevereiro do mesmo ano), ele descreveu sua viagem da seguinte maneira:

Dou parte a V. Ex<sup>a</sup> que tendo partido dessa Capital a 8 de fevereiro último, cheguei em Macapá 19 e não tendo encontrado ali canoa da colônia tive de me demorar até 5 do corrente; e me emprestando o tenente Coronel da guarda nacional Procópio Antonio Rolla, uma canoa, parti daquela vila a 6 e aqui cheguei a 21 pelas 10 horas da noite, havendo alguma demora em viagem com virtude das grandes marés, chuvas e a extraordinária e misteriosa arrebentação da pororoca na foz do rio Araguari, que não obstante o eminente perigo que se encara até a entrada de sua embocadura, depois de uma hora de viagem rio acima, o encanto de sua navegação compensa e faz perdoar todos os sustos e incômodos passados: ele está muito longe de comparação com o gigantesco e majestoso Amazonas, mas a mansidão de suas cristalinas águas, constante largura de mais de 140 braças e elegância de suas margens incitam uma navegação comercial e convidam habitantes a desfrutar as suas produtivas matas (APEP, 1854, p. 16)

O diretor levava mais de um mês para chegar na Colônia Pedro II, dependendo das condições naturais favoráveis (tais como chuvas, marés e da pororoca existente no rio Araguari) e ainda depois do meio trajeto, a partir da vila de Macapá, dependia do empréstimo de uma canoa para concluir o percurso. Por meio de relatório, o capelão Estulano Alexandrino Gonçalves Baião informa ao então presidente da província, Fausto Augusto D'Aguiar, sobre a demora da chegada à colônia, “por falta de barco em Macapá, para o meu transporte para o rio Araguari, até o dia quatro do corrente mês em que parti pelas dez horas da manhã para a colônia, na qual cheguei no dia doze” (APEP, 1851, p. 1).

Apesar da dificuldade que era chegar ao Quartel dos Educandos da Praça Pedro II, essa instituição em 1841 teve 109 meninos alistados sob o comando do Capitão e Pedagogo Joaquim Belfort Gomes, conforme quadro a seguir:

**Quadro 2 - Relação do número de educandos da Praça Pedro II e os ofícios que aprendiam**

Ofício	Nº de Alunos	Ofício	Nº de Alunos
Carapinas Polieiros	10	Corrieiros	3
Carpinteiros de Machado	20	Pedreiros	10
Marceneiros	5	Alfaiates	8
Calafates	6	Ourives Cravador	1
Tanoeiros	4	Ditos	1
Ferreiros	3	Aprendizes de Cirurgia	2
Funileiros	12	Boticário	1
Serralheiros	8	Sem Ofícios	11

Fonte: Pará (1841, p.50)

Manter essas crianças em estabelecimentos militares, segundo Donzelot (2001, p. 16), era uma forma de colocá-las sob a vigilância e o controle de um Estado que começava a se organizar, sobretudo no século XIX, na gestação da população, retirando, das cidades doentes, mendigos e vadios.

Segundo Marcílio (2006, p. 208), a escolha do modelo asilar (colônias militares, colônias agrícolas, orfanatos, asilos e internatos) não foi feita ao acaso. Ao contrário, o asilo era visto “como um espaço único para a disciplina do corpo [e tinha] como objetivos educar, formar, proteger e corrigir menores abandonados”.

A profissionalização foi considerada no século XIX “o meio ideal para desenvolvimento do hábito e do amor ao trabalho e como uma forma de preparar meninos e meninas, para serem úteis à sociedade” (MARCÍLIO, 2006, p. 214). A principal vantagem percebida nesse sistema era a de que ele proporcionava a inclusão social de forma regulada ao se direcionar

para um contingente populacional específico, capaz de dar assistência e servir de “medida de controle social” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 108).

As condições para a escolarização de crianças na Colônia Pedro II não eram das melhores. A fome fazia parte da realidade, levando à indisposição dos colonos e à propagação de doenças, pois, sem uma alimentação básica, as pessoas tornavam-se mais vulneráveis às diversas moléstias que dominavam a região, fortificando o discurso de fracasso do projeto educacional.

Em relatório de 8 de abril de 1853, o Sargento Serafim José Ferreira justificava porque alguns colonos não trabalhavam e nem estudavam diariamente: “não se trabalhou sempre o efetivo por falta de mantimentos de farinha de que deparou muita necessidade por causa de não ter aqui correio que se pode mandar daqui para fora” (APEP, 1853).

Mas nem só a alimentação escassa e as doenças contagiosas prejudicavam a Instrução Primária e o ensino de ofícios na Colônia Militar Pedro II. A falta de ferramentas básicas nas oficinas como machados e facões levou a frequentes reclamações dos responsáveis pela colônia junto ao presidente da província: “e conveniente ao pedido de que tomo liberdade remeter incluso, tomando-se nossa necessidade dos machados, facões, pelo inventário verá V. Ex<sup>a</sup> a qualidade destes gêneros de ferramenta, que poderão ter um destino qualquer” (APEP, 1854).

Não demorou para que houvesse resistência dos próprios colonos diante de tais condições às quais foram submetidos. Em 31 de julho de 1855, em exposição apresentada pelo presidente da província do Pará, João Maria de Moraes, dava-se conta que em meados de maio, ocorrera uma rebelião na Colônia Pedro II, realizada pelos colonos, que assassinaram o seu comandante e o diretor, o tenente coronel Joaquim Bezerra de Albuquerque. O reverendo cônego capelão Estolano Alexandrino Gonçalves Baião só não foi assassinado porque conseguiu fugir. O delegado de polícia de Macapá informou que havia “feito marcha para a dita colônia logo que teve a notícia da sublevação” (PARÁ, 1855, p. 12).

No movimento de descolonização, segundo Fanon (1979), embora exista correspondência entre a violência praticada pelo colono e aquela operada pelo colonizador, ambas possuem natureza e propósito distintos. Enquanto a primeira objetiva manter a dinâmica de exploração e subalternidade, a segunda, isto é, a violência do colonizado contra

o colonizador, almeja destruir um estado de coisas, refundar um território e, individualmente, desintoxicá-lo de sua condição desumanizada. Ou seja, a violência articulada pelos colonizados materializa, no decurso histórico, sua efetiva libertação e gestaria a criação de homens novos.

A colonização são milhões de seres humanos “a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo”, como denunciou Césaire (1955, p.12). Esta violência, com múltiplos matizes, procurou reduzir o outro colonizado a um ser inferior que habita uma zona de não ser (FANON, 1979, p. 26), um ser com potencial para ser humano, se convertido e domesticado, pela educação e pelo trabalho, virtudes civilizadoras eurocêntricas.

Educar reabilitando pelo trabalho crianças pobres e abandonadas foi a lógica empregada em colônias militares no Brasil no Século XIX, como foi o caso da Colônia Militar Pedro II, no vale do Araguari. Segundo Rizzini (2004), ao longo do século XIX, foram criadas instituições militares para profissionalizar as crianças desvalidas do Brasil. Essas instituições também tinham como objetivo a disciplinarização das classes populares a partir da educação de suas crianças, o respeito à hierarquia, a promoção da civilidade dos costumes e a introjeção do amor ao trabalho.

O estudo da Colônia Militar Pedro II possibilita o aprofundamento do conhecimento sobre a povoação das fronteiras da Comarca de Macapá, uma vez que, a partir das documentações, pôde-se perceber o projeto político, econômico e educacional que o Império brasileiro elaborara para os sertões do Grão-Pará. Além disso, a região foi habitada pelos mais diversos tipos de pessoas – que, em sua maioria, não eram “grandes vultos”, mas pessoas comuns. Estas pessoas não foram passivas frente ao processo colonizador – neste caso específico, levado a cabo pelos oficiais –, reagindo de diversas formas à tentativa de “dominação” das autoridades, indo desde a indisciplina e “ócio” até rebeliões.

A experiências da primeira colônia militar do Brasil no século XIX, enquanto projeto piloto, contribuiu para expansão da Instrução Pública para outras províncias e revelou forma educativa e sujeitos da ação educativa que nos ajudam a compreender a configuração da Instrução Primária e da aprendizagem profissional de crianças órfãs e desvalidas na Colônia Militar Pedro II como alternativa de escolarização realizada no extremo norte do Brasil Imperial em região de fronteira. Essa forma de escolarização pensada pelas elites brasileiras

que se autorrepresentavam como pedagogas da nação, entendiam este fato como parte do processo civilizatório, motivo este que gerou campanhas pela obrigatoriedade escolar e, até mesmo, pelo recrutamento por meio da força, visando a “inclusão de todas as crianças livres ao projeto civilizador [...]” (VEIGA, 2010 p. 265).

### **Considerações Finais**

O modelo de colônias militares adotado no Brasil foi inspirado no modelo praticado pelos franceses na Argélia, pelas circunstâncias peculiares daquele país, dos usos e costumes, sendo o que melhor se aplicaria ao Brasil. Eram colônias agrícolas, religiosas e militares, que visavam a defesa das fronteiras e a catequese dos indígenas.

As colônias foram instrumento para criar as condições de produtividade, em um ambiente hostil e isolado, um movimento de povoamento, de segurança e de defesa territorial, que exigiam dos colonos a superação das dificuldades impostas pelo espaço. Lembrando que no final do século XIX e início do século XX, o desconhecimento das dinâmicas naturais, as presenças de populações nativas resistentes ao contato faziam de parte da região amazônica um risco real para militares e colonos oriundos de outros locais do Império, algo só superado na segunda metade do século XX.

O modelo de colônias adotado pelo Brasil era considerado moderno, tendo sido adotado pela Inglaterra na Índia, pela Rússia e pela Áustria na Ásia e pela França na África. No Brasil, foi acrescentado o papel penitenciário, visando retirar do meio da sociedade criminosos, mas preservando o fim original: guarda e defesa das fronteiras, catequese e civilização de indígenas, proteção a navegação fluvial e colonização agrícola.

A forma educativa foi realizada na primeira Colônia Militar do Brasil, às margens do rio Araguari no quartel de educandos da Colônia Pedro II, criada em 1840, e teve o papel de receber os meninos órfãos e desvalidos, os enjeitados e as crianças pobres. A justificativa para a criação dessa escola foi a de ocupar o máximo de indivíduos pobres para resguardar a Comarca de Macapá, contra o risco de violências e revoltas, retirando os mais jovens das ruas, ensinando-os um ofício e transformando-os em trabalhadores obedientes. As condições para a escolarização de crianças na Colônia Pedro II não acompanharam os discursos dos seus idealizadores, a fome fazia parte da realidade dessa instituição, levando à indisposição dos

colonos e à propagação de doenças, fortalecendo as evidências de fracasso desse projeto educacional.

### Referências

APEP, **Arquivo Público do Estado do Pará**. Aviso dos Ministro dos Negócios do Império, Manuel Antônio Galvão, ao presidente da província do Grão-Pará, em 31 de janeiro de 1840; 05 de setembro de 1848. Doc. 54 de 06 de junho de 1849. Doc. 74 Fundo. Secretaria da presidência da província. Série 13. Ofícios 1840-1849. Caixa 67. Ofícios de Bernardo Souza Franco, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes da Gama e ao governador Gerônimo Francisco Coelho. (APEP, 1851, p. 1).

APEP SPP. **Caixa 159**. Ano: 1851-1855. Doc. 1, 15 de julho 1851.

APEP SPP. **Caixa 159**. Ano 1851 – 1855. Doc. 5. 08 de abril de 1853.

APEP SPP. **Caixa 159**. Ano 1851 – 1855. Doc. 16. 25 de março de 1854.

BARROSO, Gustavo, 1888-1959. **História militar do Brasil** / Gustavo Barroso. – 1. reimpr. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BEZERRA NETO, José Maia. **Por todos os meios Legais e Legítimos: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição** (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). PUC-SP, 2009.

FRISCH, Albert. **Canoa no rio Japurá leva produtos ao mercado de Coari**. Rio Japurá, Amazonas / Convênio Instituto Moreira Salles – Leibniz-Institut für Länderkunde, 1867.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris: Présence Africaine, 1995.

COLÔNIA Pedro II. Treze de Maio, 1840, p. 39.

COLÔNIA Pedro II. Treze de Maio, 1840, p. 6.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a revolução popular da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1985.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1979.

FARIA, Regina Helena Martins de. Colonização militar e formação militar do campesinato no século XIX: o caso da colônia militar do Gurupi no Maranhão. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis-MA, 2009.

FRANCHI, Tássio. Medo e Miscigenação: a visão dos povos da floresta nos relatos dos militares brasileiros no século XX. **Revista SILVA**, v. 1, p. 48-65, 2017.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (secs. XVII-XIX)**. 1997. 773f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MARCÍLIO, Maria Luisa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. **Incompreensível colosso: a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)**. 417 f. Tese de Doutorado - Programa Estado e sociedade na América e África - Universidade de Barcelona, 2006.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual d modernidade. In: LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005, p. 71-103.

MÜLLER, Meire. A educação profissionalizante no Brasil: das corporações de ofício à criação do SENAI. **Estudos do Trabalho**. Ano 3, n.5, 2009.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Marinha Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

NERY, Vitor Sousa Cunha. **Colonialidade Pedagógica na Instrução Pública Primária da Comarca de Macapá (1840-1889)**. 180 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, a. III, n. 7, p. 10, abr. 2012.

PARÁ. **Discurso recitado pelo exm. Sr. doutor João Antonio de Miranda**, presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Em 15 de Agosto de 1840, Pará, Typ. Santos, 1840.

PARÁ. **Discurso do presidente Antonio de Miranda**. (Inclui Anexos). Em 04 de novembro Pará, Typ. Santos, 1840.

PARÁ. **Discurso recitado pelo exm. Sr. doutor Bernardo de Souza Franco**, presidente da província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Em 14 de abril de 1841. Pará, Typ. De Santos & Menor, 1841.

PARÁ. **Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho**, presidente da província do Gram-Pará, á Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária da sexta legislatura no dia 10 de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848.

PARÁ. **Exposição do exm. Sr. presidente Sebastião do Rego Barros.** Em 14 de maio de 1855. Pará, Typ. Santos & Filho, 1855.

PARÁ. **Exposição do vice-presidente Moraes.** Publicado como anexo da fala falla 26 de outubro de 1855. Em 31 de julho de 1855. Pará, Typ. Santos & Filho, 1855.

PARÁ. **Relatório do vice-presidente Pinto Guimarães.** Publicado como anexo do relatório de 16 de outubro de 1855 e da falla de 26 de outubro de 1855. Em 15 de outubro de 1855. Pará, Typ. Santos & Filho, 1855.

PARÁ. **Falla dirigida a Assembleia Legislativa provincial pelo exm. Sr. conselheiro Sebastião do Rego Barros.** 26 de outubro de 1855. Pará, Typ. Santos & Filho, 1855.

PARÁ. **Exposição apresentada pelo exm.o Sr. conselheiro Sebastião do Rego Barros,** presidente da provincia do Gram-Pará, ao exm.o Sr. tenente coronel d'engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma provincia. Em 29 de maio de 1856. Pará, Typ. Santos & Filho, 1855.

PARÁ. **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Pará,** pelo presidente Beaurepaire Rohan. Em 15 de agosto de 1856. Pará, Typ. Santos & Filho, 1855.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto:** a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

ROCHA, Joaquim da Silva. **História da colonização do Brasil.** 1919. Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 2, 1919. pp. 309-321.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). **Revista de História Regional**, v. 22 (1), 2017, pp. 53-73.

SILVA. Rafael Amaro da. **Colônia Militar Pedro II:** nação e civilização na fronteira norte do Brasil Séc. XIX. 91 f. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação e instrução na província de Minas Gerais. In: GONDRA, José Gonçalves.; SCHNEIDER, Omar (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na corte imperial (Brasil, 1822-1889).** Vitória: EDUFES, 2011, p. 271-303. v. 3.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e Tensões na Produção da Inclusão Escolar de Crianças Pobres, Negras e Mestiças, Brasil, século XIX. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 263-283, abr. 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação e identidade nacional no século XIX. In: ROCHA, Heloisa Helena Pimenta (Org.). **Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira.** Ed. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco, 2006, P. 113-138.

VEIGA, Cynthia Greive.. Educação e identidade nacional no século XIX. In: Heloisa Helena Pimenta Rocha. (Org.). **Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira**. 1 ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006, v. 1, p. 113-138.

VEIGA, Cinthia. Greive. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 9, p. 73-108, jan./jun. 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola de alma branca: o direito biológico à educação no movimento da Escola Nova. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: Autêntica, número especial, set. 2000.

## Nota

---

<sup>1</sup>Albert Frisch (1840-c.1905) nascido em Augsburg, na Baviera, foi, até o fim do século XX, um personagem tão misterioso na história da fotografia brasileira que muitos supunham nunca ter existido. Segundo essa hipótese, seria apenas um pseudônimo o “A. Frisch” que assinava a impressionante e pioneira série de 98 fotografias realizadas em 1867 na Amazônia – que incluem aspectos de fauna e flora e os primeiros registros de índios brasileiros da região (SALES, 2017).

## Sobre os autores

### Vitor Sousa Cunha Nery

Doutor em Educação na Linha de Educação, Cultura e Sociedade (PPGED-UFPA), Mestre em Educação na modalidade sanduíche (PPGED-UEPA/PUC-Rio), Especialista em Gestão Estratégica do Conhecimento (CCNT-UEPA), Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia (UEPA) e Tecnologia em Gestão Pública (UNAMA). Professor efetivo da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA-UEAP), Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Prof-História/UNIFAP), Integrante da Rede de Pedagogias Decoloniais da Amazônia. Membro da Cátedra Paulo Freire da Amazônia. Associado a Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1309-6094> Email: [vitor.nery@ueap.edu.br](mailto:vitor.nery@ueap.edu.br)

### Uédio Robds Leite da Silva

Possui graduação com Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atuou como Subcoordenador do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado do Amapá (2002-2007) e, como Coordenador do referido programa (2007-2013) no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, onde desenvolveu estudos sobre metodologias no âmbito Socioambiental e Participativos, além de realização de pesquisas científicas sobre a produção do Espaço Geográfico amapaense, com foco na linha de pesquisa Socioambiental. Foi diretor da Diretoria Técnica de Meio Ambiente

---

do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (2013-2014). Possui experiência na gestão e legislação ambientais, na elaboração e execução de projetos de pesquisa na costa amazônica com interesse na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Categoria Trabalho, Dinâmica em ambientes Costeiros Amazônico, Gerenciamento Costeiro e comunidades Costeiras, Legislação Ambiental, Gestão Ambiental. Foi Professor substituto na Universidade do Estado do Amapá - UEAP, atuando em Planejamento Ambiental, Adequação Ambiental Urbana, Metodologias do Ensino da Geografia. Atualmente é professor efetivo, assistente A, da Universidade Federal do Amapá, Campus Binacional Oiapoque. Atua na área de Geografia Humana.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3104-2556>

Email: [uediorobds@unifap.br](mailto:uediorobds@unifap.br)

### **Cristiane do Socorro dos Santos Nery**

Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de pesquisa Docência e Diversidade. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), na linha de pesquisa Formação de Professores e Práticas Pedagógicas. Graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professora efetiva da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Intercultural em Ciências da Natureza e Matemática (GECIM/UNIFAP). Integrante da Rede de Pedagogias Decoloniais da Amazônia. Membro da Cátedra Paulo Freire da Amazônia. Associada a Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM. Linhas de Pesquisa: Formação de Professores e Diversidade Sociocultural, Educação Matemática e Saberes Indígenas.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1323-6069>

Email: [crisnery@unifap.br](mailto:crisnery@unifap.br)

Recebido em: 07/11/2022

Aceito para publicação em: 09/11/2022